

Sarney queria cartel de devedores em 1987, e vê acordo com cautela

por Celso Pinto
de Londres

A crise da dívida externa passou por três fases, a da rebeldia, a romântica e a realista, classifica o ex-presidente José Sarney, que comandou o romantismo da moratória do ex-ministro Dilson Funaro e substituiu-o pelo realismo dos acordos do ex-ministro Mailson da Nóbrega.

Sarney não tem um adjetivo para a fase atual da dívida, mas não compartilha do otimismo dos que a classificam como a solução final do problema. "Tantas vezes no passado já se pensou que se havia chegado à solução definitiva", lembrou o ex-presidente a este jornal.

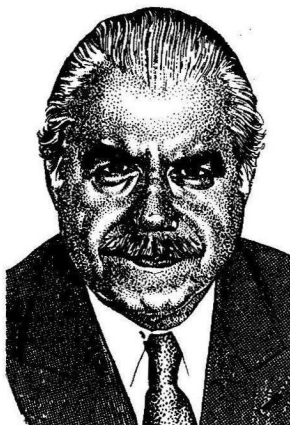
Por esta razão, ele vê o acordo de princípio entre o Brasil e os bancos privados com cautela. Entre o acerto da semana passada e a assinatura final dos bancos, daqui a vários meses, diz ele, existem algumas condicionantes que podem trazer problemas. O Brasil precisa manter, por exemplo, um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Sarney acha que as exigências do Fundo serão agora ainda mais duras.

Outro ponto frágil do acordo, observa, é o fato de haver muitas opções para os bancos de trocar dívida antiga por bônus "com taxas de juros de 4 a 6%, altas para os patamares atuais". Face à atração destes bônus, que teoricamente deveriam ter a vantagem para o Brasil de pagarem juros mais baixos do que os de mercado, poucos bancos, supõe o ex-presidente, optarão pela troca da dívida pelo tipo de bônus que implica um desconto de 35% sobre o valor do principal. O impacto final do acordo em termos de redução do estoque da dívida, portanto, será pequeno.

FALTA DE CONFRONTO

Tendo vivido uma experiência de confronto com os bancos, seguida por outra de conciliação, supunha-se que o ex-presidente havia feito uma espécie de autocrítica com o fracasso da primeira tentativa. Não é bem assim, como ele deixou claro ontem, numa conversa informal com alguns jornalistas na embaixada brasileira, numa rápida passagem sua por Londres.

O que deu errado com a moratória de 1987 não foi



José Sarney

excesso de confronto, mas falta. "O que nós precisaríamos ter feito para ter dado certo era um cartel de (países) devedores", avalia Sarney. A hipótese de uma ação conjunta dos principais devedores, acha ele, assustava os bancos, que naquela época tinham de fato algo a perder. A moratória brasileira não funcionou porque foi isolada.

Foi também em resposta ao temor de um cartel de devedores, segundo o ex-presidente, que os Estados Unidos lançaram, em 1986, a iniciativa do chamado Plano Baker para a dívida. Pelos termos desse plano, os Estados Unidos reconheciam o componente político embutido na crise da dívida e previam uma injeção de dinheiro novo aos países devedores que permitisse uma retomada do crescimento. O dinheiro novo nunca se materializou, o Plano Baker fracassou, mas Sarney se sentiu vingado, pois era a admissão do conteúdo político da crise, tal como ele havia exposto, bem antes, ao ex-presidente americano Ronald Reagan, conta ele.

A fase do realismo, que

fez com que ele abandonasse o confronto e fizesse acordos tradicionais com o FMI, os bancos e o Clube de Paris, se impôs pelas circunstâncias. Ele ainda sustenta que o acordo que fez com os bancos, em 1988, era um bom acordo e alega que foram as mudanças introduzidas na Constituição que inviabilizaram o ajuste econômico, os acordos com os credores e levaram o Brasil a nova moratória em 1989.

CONSENSO NO CONGRESSO

Uma das circunstâncias que mudou, em sua visão, foi o efeito do fim do confronto ideológico Leste/Oeste, que reduziu o poder de barganha dos países do sul. O mundo ficou sujeito a um tipo único de ajuste, ditado por uma visão econômica liberal. "Quem não se adaptar corre o risco de ficar na posição de proletário do sistema econômico internacional", compara.

O fim do confronto ideológico, contudo, teve uma fase positiva. Crises políticas, como a crise atual no Brasil, deixaram de ser entendidas como um conflito direita/esquerda, em torno do qual se polarizariam, necessariamente, os partidos, segundo Sarney. Sem essa vinculação necessária, abriu-se espaço no Congresso para separar a convivência com a crise política da administração da crise econômica.

Sobre a crise política Sarney recusa-se a fazer comentário. Acha, contudo, que existe um consenso no Congresso, provocado pela "fadiga com a crise econômica", em favor de uma reforma fiscal mínima que possa dar condições para manter a economia operando.